A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NOS LIVROS DIDÁTICOS: COMO ESSE CAPÍTULO DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL É RETRATADO EM TRÊS OBRAS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL

THE FARROUPILHA REVOLUTION IN SCHOOL TEXTBOOKS: REPRESENTATIONS OF THIS CHAPTER OF RIO GRANDE DO SUL'S HISTORY IN THREE NATIONAL PUBLICATIONS

Pablo Maciel Correa

Universidade de Caxias do Sul - UCS
pablomacielcorrea@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa criticamente como a Revolução Farroupilha é apresentada em três livros didáticos utilizados no ensino básico brasileiro: *História e Vida Integrada* (Editora Ática, 4ª edição), *História Geral e Brasil* (Editora Saraiva, 2ª edição) e *História Geral e do Brasil* (Editora Scipione, 1ª edição). Busca-se compreender como as narrativas construídas nesses materiais influenciam a percepção dos alunos sobre esse episódio histórico, considerando identidades regionais, memória nacional e as tensões entre glorificação e omissão histórica. A metodologia baseia-se na análise de conteúdo com critérios como representação de grupos sociais, linguagem didática e tratamento ideológico do conflito. O artigo também incorpora uma análise da BNCC, identificando possibilidades e limites para um ensino crítico e inclusivo sobre o tema farroupilha.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha; livros didáticos; ensino de história; identidade gaúcha; análise crítica.

Abstract: This article critically analyzes how the Farroupilha Revolution is presented in three widely used textbooks in Brazilian basic education: *História e Vida Integrada* (Editora Ática, 4th edition), *História Geral e Brasil* (Editora Saraiva, 2nd edition), and *História Geral e do Brasil* (Editora Scipione, 1st edition). The research aims to understand how the narratives constructed in these materials influence students' perception of this historical event, considering regional identities, national memory, and the tensions between glorification and historical omission. The methodology includes content analysis based on criteria such as the representation of social groups, didactic language, and the ideological treatment of the conflict.

The article also includes an analysis of the BNCC (National Common Curricular Base), identifying possibilities and limits for a critical and inclusive teaching of the Farroupilha theme.

Keywords: Farroupilha Revolution; textbooks; history teaching; gaucho identity; critical analysis.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Farroupilha (1835–1845), também conhecida como Guerra dos Farrapos, é um dos episódios mais emblemáticos da história do Rio Grande do Sul e figura entre os principais movimentos regionalistas do período imperial brasileiro. De acordo com Scheidt (2002, p. 190) “A Revolução Farroupilha é o tema mais trabalhado pela historiografia rio-grandense. O movimento é o fato histórico que ganhou maior relevância tanto na produção historiográfica quanto no imaginário popular”.

A guerra civil dos farrapos, ocorreu entre 1835 e 1845 e “o confronto armado opôs os farroupilhas, também denominados de liberais ou republicanos, e os imperiais, chamados também de legalistas ou caramurus” (PESAVENTO, 1990 apud VOGT, 2014, p. 153). Protagonizada por setores da elite estancieira gaúcha, a revolta buscava maior autonomia frente ao governo imperial e contestava a política tributária aplicada à província. Ainda que envolvesse questões complexas de ordem econômica, social e política, frequentemente esse evento é representado na memória coletiva como uma luta heróica pela liberdade e pela construção da identidade gaúcha.

No contexto escolar, os livros didáticos desempenham um papel central na mediação do conhecimento histórico. Schmidt (2018, p. 46) afirma que “(...) o conhecimento histórico escolar e a ciência de referência” precisam ser articulados, e é nesse ponto que reside o desafio. Essa dificuldade evidencia o abismo entre a produção acadêmica e a prática docente nas escolas. É necessário, portanto, que o livro didático vá além de uma ferramenta de apoio e se torne um instrumento que estimule uma prática epistemológica, ou seja, que ajude o aluno a compreender como o conhecimento histórico é produzido, debatido e ensinado, esclarecendo que o passado é reconstruído a partir de fontes históricas e do tratamento metodológico dado a elas. Sendo assim, a forma como a Revolução Farroupilha é abordada nesses materiais tem implicações

diretas na formação da consciência histórica[1] dos estudantes, especialmente no Rio Grande do Sul, onde o evento assume caráter simbólico e quase mítico.

Este artigo propõe uma análise crítica da representação da Revolução Farroupilha em três livros didáticos utilizados na educação básica brasileira: *História e Vida Integrada* (Editora Ática, 4ª edição), *História Geral e Brasil* (Editora Saraiva, 2ª edição) e *História Geral e do Brasil* (Editora Scipione, 1ª edição). Busca-se investigar como esses materiais didáticos constroem narrativas sobre o conflito, que aspectos são privilegiados ou omitidos, e em que medida dialogam com os princípios propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que tange à valorização da diversidade, ao pensamento crítico e à justiça social. Cabe ressaltar que os livros didáticos analisados têm distribuição nacional; portanto, não se espera que o tema investigado receba maior destaque ou valorização em suas páginas, mas sim que seja tratado com coerência, acurácia e, sobretudo, com criticidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa aqui desenvolvida tem caráter qualitativo, com foco na análise de conteúdo dos livros didáticos mencionados. Foram definidos os seguintes critérios de análise:
a) a linguagem utilizada para descrever o conflito;
b) a representação dos grupos sociais envolvidos (elite estancieira, pessoas negras escravizadas, pessoas indígenas, camadas populares);
c) os recursos didáticos empregados (imagens, documentos, mapas, atividades);
d) o posicionamento ideológico subjacente à narrativa (exaltação, neutralidade ou crítica).

A escolha dos três livros considerou editoras de escopo nacional e sua presença em escolas públicas e privadas, bem como sua circulação nas listas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A análise foi feita com base em edições distintas, duas correspondendo ao início da segunda década dos anos 2000 (2010) e uma centrada no meio da década do início dos anos 2000 (2005).

Além da análise dos materiais didáticos, foi realizada uma leitura crítica da BNCC, em especial das competências gerais e específicas atribuídas ao componente curricular de História para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Buscou-se identificar, nessa

[1]"(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RUSEN, 2010, p. 57 apud MARRERA; SOUZA, 2013, p. 1.070)

leitura, os pressupostos pedagógicos que orientam o ensino de História no Brasil contemporâneo e as implicações desses princípios para a abordagem de conteúdos regionais como a Revolução Farroupilha.

3 A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, estabelece diretrizes que norteiam a elaboração dos currículos escolares no Brasil. No componente curricular de História, a BNCC enfatiza o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural e o combate às desigualdades sociais.

Para os anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC propõe como objetivo central a formação de sujeitos capazes de compreender a historicidade dos processos sociais e culturais. Nesse sentido, espera-se que os conteúdos não sejam apresentados de forma linear ou simplista, mas que considerem diferentes perspectivas e sujeitos históricos.

A abordagem de eventos como a Revolução Farroupilha, portanto, deve estar atenta à pluralidade de agentes envolvidos, às contradições internas do movimento e às suas implicações para a construção da identidade nacional. A BNCC destaca, por exemplo, a importância de incluir “experiências históricas de povos indígenas, africanos e afrodescendentes” no ensino da História (BRASIL, 2018, p. 404). Tal diretriz impõe um desafio direto aos livros didáticos, que, como veremos, muitas vezes silenciam ou minimizam a participação de pessoas negras e indígenas nos conflitos regionais. Principalmente as edições anteriores à homologação da BNCC, como é o caso aqui.

Mesmo após a homologação da BNCC, como ressalta Jean Carlos Moreno (2016, p. 15 apud SILVA; MEIRELES, 2017, p. 16), há limitações

> Para entender a proposta de História e suas repercussões é preciso ir além, e perceber que o texto da BNCC dialoga com uma realidade curricular, estabelecida pela tradição, em um formato que adquiriu estabilidade no início dos anos 1990 e, mesmo com revisões curriculares estaduais ou nacionais, permanece hegemônico

Portanto, um discurso eurocêntrico tem dificuldades em analisar eventos que contemplam outros povos, etnias e gêneros. Nesse sentido, uma leitura crítica da Revolução Farroupilha deve contemplar não apenas as lideranças estancieiras como Bento Gonçalves ou

Antônio de Souza Netto, mas também a atuação dos Lanceiros Negros e a contradição de um movimento que, mesmo se dizendo liberal, manteve a escravidão.

Sobre os Lanceiros Negros, Schmitt (2018, p. 370) salienta que "(...) as participações de cativos se deram porque os negros fugiam de seus donos para se apresentar aos farroupilhas em troca de promessas de liberdade ao fim do conflito". Essas promessas, no entanto, na maioria dos casos, não foram cumpridas e ao fim do conflito, as pessoas negras que lutaram pela causa Farroupilha, foram negligenciadas ou foram novamente incrementadas ao sistema escravista. Como destaca Schmitt (2018, p. 370)

> (...) os negros, que formaram o núcleo do exército farroupilha já que não tinham para onde ir - ao passo que os demais soldados se retiravam para suas casas e seus afazeres quando dos ínterins da guerra - foram piamente traídos por seus chefes. Seus sonhos de liberdade no Rio Grande do Sul acabaram com o barco que os levou para o Rio de Janeiro. Ficou-se demonstrado que, para os líderes farroupilhas que fizeram o acordo de paz, povo que tem virtude também pode acabar a guerra sendo escravo.

A Guerra dos Farrapos enfrenta uma série de contradições sobre sua imagem legada para posteridade. Geralmente a perceção comum é que a Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, foi motivada por um conjunto de causas econômicas, políticas e sociais ligadas à realidade da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no contexto do Império.

Entre as principais causas do conflito, geralmente estão: descontentamento econômico dos estancieiros – a elite rural gaúcha, baseada na produção de charque (carne salgada), enfrentava concorrência desleal com o charque importado do Uruguai e da Argentina, que entrava no Brasil com menos tributos do que o produto nacional. Isso gerava prejuízos aos produtores locais, que exigiam protecionismo alfandegário, ignorado pelo governo imperial; centralização do poder pelo Império – a política centralizadora do governo imperial restringia a autonomia provincial, provocando tensões com as elites locais que exigiam maior participação nas decisões políticas e administrativas; nomeações políticas arbitrárias – os presidentes das províncias eram nomeados pelo Imperador, muitas vezes sem qualquer ligação com os interesses regionais, o que aprofundava a insatisfação entre os líderes locais; crise de representação e sentimento regionalista – havia uma identidade regional gaúcha em formação, com orgulho militar e de autossuficiência. O movimento dos farrapos refletia também uma resistência simbólica ao poder do centro-sul do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro.

Mesmo que esses pontos sejam pertinentes, eles não contemplam as especificidades do conflito. A própria questão da República, por exemplo, não era um desejo coletivo em um primeiro momento, como salienta Dornelles (2010, p. 169)

> O primeiro momento se caracteriza pela formação do conflito, encabeçado por homens de destaque no cenário rio-grandense, como grandes estancieiros, charqueadores, comerciantes e representantes da cúpula militar. Primeiramente, buscou-se uma negociação com o governo brasileiro. Com a perpetuação da política centralista da regência imperial, a revolta culminou com a proclamação da República Rio-Grandense. De início, muitos dos líderes farroupilhas não eram nem republicanos nem separatistas, mas a impossibilidade de negociação com a governança regencial acabou por conduzir ao desfecho de uma República

Outro ponto, pouco abordado, é o liberalismo dos farroupilhas, comandados por latifundiários gaúchos, como aponta Alves (2004, p. 32 apud Stumpf, 2014, p. 134) "(...) o governo deveria pertencer a uma elite que escolheria os representantes do povo, massa bruta que não tinha condições de participar nem de eleições. (..) os rebeldes farroupilhas moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista".

Ensinar sobre a Guerra dos Farrapos em sala de aula, impõe desafios para além da questão da regionalidade e chama a ética a ser pensada. Controlar o bairrismo e esclarecer o nebuloso, pode ser o caminho. Sem heroicizar sujeitos, mas apontar seus feitos e contradições, sem esquecer do panorama geral e que, existem gêneros e povos étnico-raciais, mais marginalizados que outros.

Sobre isso, Seffner e Pereira (2018, p. 20) destacam que "pensar um currículo de história para escola básica sem levar em consideração os temas desestruturantes e sensíveis é continuar a pensar um currículo eurocêntrico, cronológico, dominante, branco, heterossexual e racista". Dessa forma, ignora-se a diversidade e perpetuam-se discursos hegemônicos que exaltam determinados grupos – no caso abordado, minoritários - em detrimento do apagamento histórico de outros.

4 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Nesta seção, analisaremos como cada um dos livros didáticos selecionados representa a Revolução Farroupilha. A análise destaca o conteúdo textual, os recursos pedagógicos e o viés ideológico presente em cada obra.

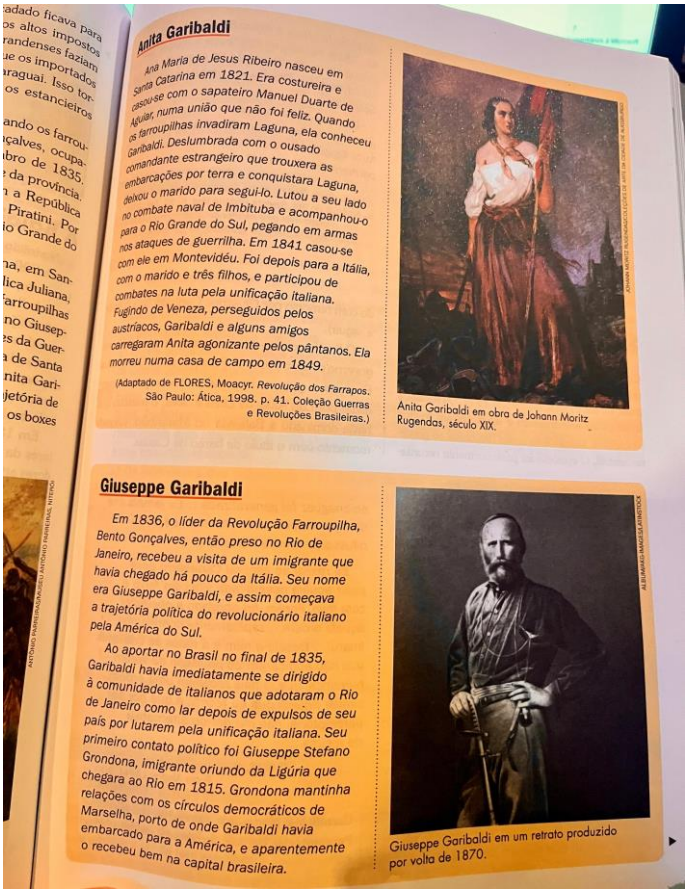
4.1 História e Vida Integrada / Nelson Piletti, Claudino Piletti, Thiago Tremonte. 4° edição. São Paulo, Ática, 2009.

Neste livro, a Revolução Farroupilha é tratada de maneira breve e superficial. O foco recai sobre os líderes do movimento, com ênfase em suas trajetórias morais, pautando o ideal de liberdade defendido pelos Farroupilhas. A narrativa destaca o caráter revolucionário dos farrapos, descrevendo-os como "(...)revolucionário(s) ou subversivo(s)" (ÁTICA, 2010, p. 168).

A linguagem utilizada é marcada por termos positivos e heroicos, pouco problematizando as contradições do conflito. Não há menção à escravidão nem à participação de negros no exército Farroupilha. As imagens selecionadas reforçam esse viés: retratos de líderes, bandeiras e cenas de batalha, todas sob uma estética romantizada. A figura de Giuseppe Garibaldi ocupa uma página e meia das três dedicadas ao tema. Anita Garibaldi ganha meia página.

Giuseppe Garibladi e Anita talvez sejam os personagens mais celebres da Guerra dos Farrapos. Anita torna-se conhecida por meio do livro *Memórias de Garibaldi*, escrito por Alexandre Dumas em 1860, com base nos relatos de Giuseppe Garibaldi, nos quais ele descreve sua trajetória. Ambos participaram ativamente das batalhas e, conforme observa Neuenfeldt (2013, p. 13), foram transformados em heróis — especialmente no início da República, influenciada pelo positivismo — nas narrativas construídas em torno da Guerra dos Farrapos.

Figura 1 – Texto e imagem de Anita e Garibaldi



Anita Garibaldi

Ana Maria de Jesus Ribeiro nasceu em Santa Catarina em 1821. Era costureira e casou-se com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar, numa união que não foi feliz. Quando os farroupilhas invadiram Laguna, ela conheceu Garibaldi. Deslumbrada com o ousado comandante estrangeiro que trouxera as embarcações por terra e conquistara Laguna, deixou o marido para segui-lo. Lutou a seu lado no combate naval de Imbituba e acompanhou-o para o Rio Grande do Sul, pegando em armas nos ataques de guerrilha. Em 1841 casou-se com ele em Montevidéu. Foi depois para a Itália, com o marido e três filhos, e participou de combates na luta pela unificação italiana. Fugindo de Veneza, perseguidos pelos austríacos, Garibaldi e alguns amigos carregaram Anita agonizante pelos pântanos. Ela morreu numa casa de campo em 1849.

(Adaptado de FLORES, Moacyr. *Revolução dos Farrapos*. São Paulo: Ática, 1998. p. 41. Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras.)

Anita Garibaldi em obra de Johann Moritz Rugendas, século XIX.

Giuseppe Garibaldi

Em 1836, o líder da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves, então preso no Rio de Janeiro, recebeu a visita de um imigrante que havia chegado há pouco da Itália. Seu nome era Giuseppe Garibaldi, e assim começava a trajetória política do revolucionário italiano pela América do Sul.

Ao aportar no Brasil no final de 1835, Garibaldi havia imediatamente se dirigido à comunidade de italianos que adotaram o Rio de Janeiro como lar depois de expulsos de seu país por lutarem pela unificação italiana. Seu primeiro contato político foi Giuseppe Stefano Grondona, imigrante oriundo da Ligúria que chegara ao Rio em 1815. Grondona mantinha relações com os círculos democráticos de Marselha, porto de onde Garibaldi havia embarcado para a América, e aparentemente o recebeu bem na capital brasileira.

Giuseppe Garibaldi em um retrato produzido por volta de 1870.

Fonte: imagem em fotografia do autor.

Em termos de atividades, há poucas propostas que incentivem a reflexão crítica. A maioria das questões convida o aluno a “identificar” ou “listar” elementos do conteúdo, sem estabelecer conexões com o presente ou com debates historiográficos.

De acordo com Bittencourt (2008, p. 298), os livros didáticos podem ser instrumentos de controle da elite, ao não incentivarem a reflexão crítica sobre a violência do passado. O caso da abordagem da Revolução Farroupilha nesta obra é exemplar dessa tendência, dando a ideia de um acontecimento em capítulos, pouco problematizando a violência do processo ou mesmo o termo revolução.

Além disso, a cronologia apresentada no livro reduz o conflito a um embate entre o sul e o centro do poder imperial, sem contextualizar adequadamente os fatores econômicos que motivaram os estancieiros gaúchos. O trecho que afirma que “(...) os farroupilhas tornaram o Rio Grande do Sul independente do governo central” (ÁTICA, 2010, p. 168), mas não esclarece as ambiguidades dessa proposta, nem menciona a manutenção da ordem escravista como parte das intenções de muitos líderes.

Não há destaque para vozes dissonantes ou movimentos paralelos à elite farroupilha. A ausência de sujeitos subalternos nas narrativas contribui para um ensino histórico homogêneo. Bittencourt (2008, p. 305) comenta que é importante analisar os discursos dos livros didáticos - o que eles ressaltam e o que negligenciam -, principalmente de História, para "(..) identificar a manutenção de estereótipos sobre grupos étnicos". No discurso deste livro, os sujeitos não brancos, têm suas histórias cortadas, portanto deixam de fazer parte de uma guerra que durou dez anos.

Desse modo, a sensação é de um evento com acontecimentos pragmáticos, com personagens principais, sem atribuir ao coletivo uma revolta armada ou mesmo a visão subversiva que alguns personagens - subalternos para a narrativa retratada – podiam expressar em suas ações e posições contra o império, mas também não necessariamente favorável à República Rio-Grandense, mas em busca de uma nova condição social.

4.2 História: Geral e Brasil: volume único / José Geraldo Vinci de Moraes. 2° edição. São Paulo, Saraiva, 2005.

A obra da Editora Saraiva apresenta um tratamento da Revolução Farroupilha limitado em aspetos críticos. A narrativa reconhece que o conflito teve forte adesão das elites sulistas, mas não menciona a participação dos lanceiros negros, sintetizando que "os estacieiros (...) contavam com tropas militares particulares, e a rápida organização delas facilitou a investida contra as tropas governistas" (SARAIVA, 2005, p. 231).

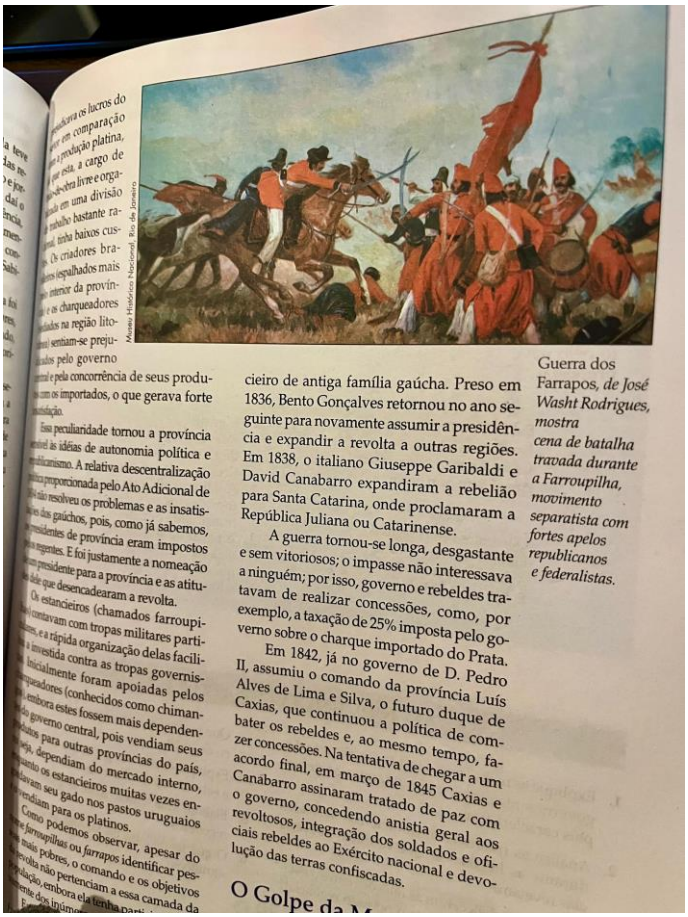
A obra tampouco propõe reflexões mais amplas sobre o sentido da Revolução Farroupilha e suas contradições internas. Não há menção ao papel dos escravizados ou à sua possível traição[2] no Massacre de Porongos, episódio ausente do livro. Segundo Souza (2018, p. 92) esse massacre ocorreu no penúltimo ano da Guerra dos Farrapos, quando tropas imperiais atacaram de surpresa o acampamento dos Lanceiros Negros, soldados negros libertos que lutavam ao lado dos Farroupilhas, resultando na morte de mais de 100 combatentes.

A imagem apresentada no livro é de José Washt Rodrigues, idealizada com forte influência eurocêntrica. A representação artística da batalha também exclui outras participações

[2] "(...) a polêmica situa-se na possível traição de David Canabarro ao corpo de lanceiros negros, considerando que havia um clima de armistício entre o Império e os revolucionários, e as tratativas para o fim da Guerra já havia se iniciado por Canabarro e Duque de Caxias". (SOUZA, 2018, p. 92)

não brancas. Como a Guerra dos Farrapos é apresentada em um capítulo nomeado como Regência e Revoltas, ‘disputa’ espaço com a Cabangem, a Balaiada e a Sabinada.

Figura 2 – imagem da Guerra dos Farrapos



Guerra dos Farrapos, *de José Washt Rodrigues, mostra cena de batalha travada durante a Farroupilha, movimento separatista com fortes apelos republicanos e federalistas.*

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

...cieiro de antiga família gaúcha. Preso em 1836, Bento Gonçalves retornou no ano seguinte para novamente assumir a presidência e expandir a revolta a outras regiões. Em 1838, o italiano Giuseppe Garibaldi e David Canabarro expandiram a rebelião para Santa Catarina, onde proclamaram a República Juliana ou Catarinense.

A guerra tornou-se longa, desgastante e sem vitoriosos; o impasse não interessava a ninguém; por isso, governo e rebeldes trataram de realizar concessões, como, por exemplo, a taxação de 25% imposta pelo governo sobre o charque importado do Prata.

Em 1842, já no governo de D. Pedro II, assumiu o comando da província Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, que continuou a política de combater os rebeldes e, ao mesmo tempo, fazer concessões. Na tentativa de chegar a um acordo final, em março de 1845 Caxias e Canabarro assinaram tratado de paz com o governo, concedendo anistia geral aos revoltosos, integração dos soldados e oficiais rebeldes ao Exército nacional e devolução das terras confiscadas.

O Golpe da M...

Fonte: imagem em fotografia do autor.

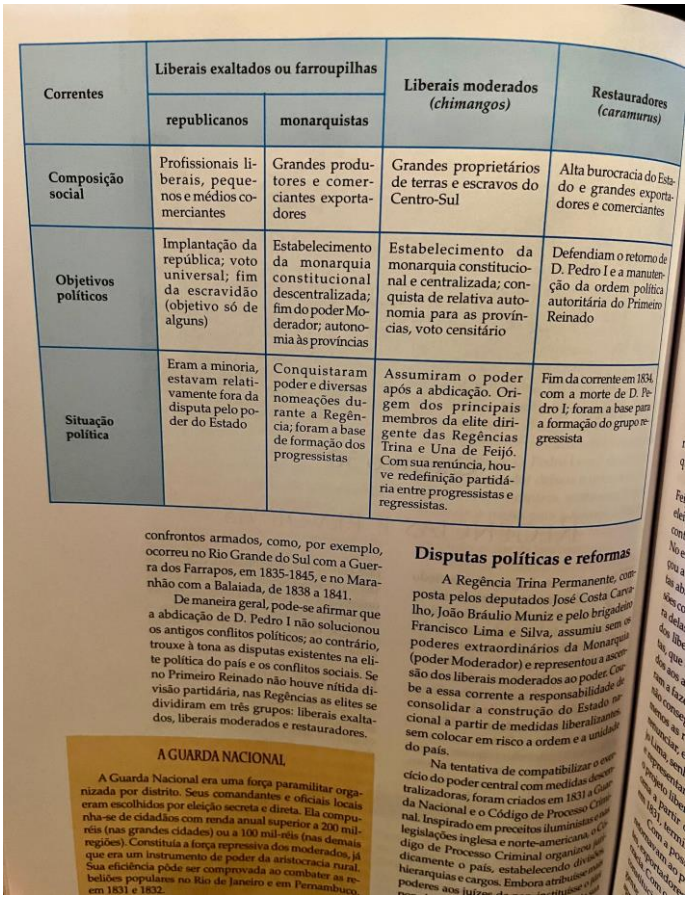
O conflito ganha a frente de uma página, espaço insuficiente para dar conta das suas contradições. As atividades do final do capítulo não desafiam os alunos e alunas a pensarem criticamente, e não há uma pergunta direta sobre a Revolta Farroupilha. A pergunta feita é ampla “elabore uma síntese sobre as quatro revoltas regenciais” (SARAIVA, 2005, p. 232).

Não há uma proposta de atividade que convida o aluno ou aluna a comparar a Revolução Farroupilha com outros movimentos regionais, o que poderia estimular a análise comparativa e o desenvolvimento do pensamento crítico, em consonância com a BNCC, e incentivar a pesquisa em outras fontes, para compreender melhor a abrangência de cada conflito e suas diferenças regionais e sociais.

A abordagem permanece centrada nas elites, com pouca valorização da diversidade de sujeitos históricos. Como adverte Fonseca (2003, p. 244), "(...) aquilo que o professor deixa de ensinar – bem como aquilo que o aluno aprende e deixa de aprender – vai muito além do proposto nos livros didáticos (...)". Assim, ainda que o livro didático marginalize determinados sujeitos e exalte outros, isso não impede que o(a) estudante descubra, por outros meios, essas vozes esquecidas da história. No entanto, se esse resgate não ocorrer, a negligência pode gerar efeitos nefastos, como o apagamento de grupos historicamente excluídos. Em casos extremos, o(a) aluno(a) pode nem sequer saber que pessoas negras participaram das batalhas da Guerra dos Farrapos.

No texto do livro em questão, não é possível notar um esforço pontual de contextualização histórica, mas a vontade de simplificar o máximo possível o conteúdo. Prova disso está na adição de uma tabela, que analisa as diferentes correntes do período, com três tópicos principais: composição social; objetivos políticos; situação política; distinguindo os liberais exaltados ou farroupilhas em republicanos e monarquistas; destacando os liberais moderados (chimangos); e restauradores (caramurus). O texto dentro dos quadros da tabela tenta criar categorias fixas, como se os envolvidos no conflito precisassem ser uma coisa ou outra, sem espaço para ambiguidades.

Figura 3 – imagem da tabela



Correntes	Liberais exaltados ou farroupilhas		Liberais moderados (*chimangos*)	Restauradores (*caramurus*)
	republicanos	monarquistas		
Composição social	Profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes	Grandes produtores e comerciantes exportadores	Grandes proprietários de terras e escravos do Centro-Sul	Alta burocracia do Estado e grandes exportadores e comerciantes
Objetivos políticos	Implantação da república; voto universal; fim da escravidão (objetivo só de alguns)	Estabelecimento da monarquia constitucional descentralizada; fim do poder Moderador; autonomia às províncias	Estabelecimento da monarquia constitucional e centralizada; conquista de relativa autonomia para as províncias, voto censitário	Defendiam o retorno de D. Pedro I e a manutenção da ordem política autoritária do Primeiro Reinado
Situação política	Eram a minoria, estavam relativamente fora da disputa pelo poder do Estado	Conquistaram poder e diversas nomeações durante a Regência; foram a base de formação dos progressistas	Assumiram o poder após a abdicação. Origem dos principais membros da elite dirigente das Regências Trina e Una de Feijó. Com sua renúncia, houve redefinição partidária entre progressistas e regressistas.	Fim da corrente em 1834, com a morte de D. Pedro I; foram a base para a formação do grupo regressista

confrontos armados, como, por exemplo, ocorreu no Rio Grande do Sul com a Guerra dos Farrapos, em 1835-1845, e no Maranhão com a Balaiada, de 1838 a 1841.

De maneira geral, pode-se afirmar que a abdicação de D. Pedro I não solucionou os antigos conflitos políticos; ao contrário, trouxe à tona as disputas existentes na elite política do país e os conflitos sociais. Se no Primeiro Reinado não houve nítida divisão partidária, nas Regências as elites se dividiram em três grupos: liberais exaltados, liberais moderados e restauradores.

A GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional era uma força paramilitar organizada por distrito. Seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleição secreta e direta. Ela compunha-se de cidadãos com renda anual superior a 200 mil-réis (nas grandes cidades) ou a 100 mil-réis (nas demais regiões). Constituía a força repressiva dos moderados, já que era um instrumento de poder da aristocracia rural. Sua eficiência pôde ser comprovada ao combater as rebeliões populares no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1831 e 1832.

Disputas políticas e reformas

A Regência Trina Permanente, composta pelos deputados José Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e pelo brigadeiro Francisco Lima e Silva, assumiu sem os poderes extraordinários da Monarquia (poder Moderador) e representou a ascensão dos liberais moderados ao poder. Coube a essa corrente a responsabilidade de consolidar a construção do Estado nacional a partir de medidas liberalizantes, sem colocar em risco a ordem e a unidade do país.

Na tentativa de compatibilizar o exercício do poder central com medidas descentralizadoras, foram criados em 1831 a Guarda Nacional e o Código de Processo Criminal. Inspirado em preceitos iluministas e nas legislações inglesa e norte-americana, o Código de Processo Criminal organizou judicialmente o país, estabelecendo divisões hierarquias e cargos. Embora atribuísse [illegible] poderes aos juízes de

Fonte: imagem em fotografia do autor.

O livro afirma que "(...) apesar do nome farroupilhas ou farrapos identificar pessoas mais pobres, o comando e os objetivos da revolta não pertenciam a essa camada da população, embora ela tenha participado ativamente dos inúmeros confrontos armados" (SARAIVA, 2010, p. 231), mas não se aprofunda em especificar quem são os "mais pobres", nem adentra em questões étnico-raciais. Ao invés, foca na articulação com o contexto político mais amplo do período. Essa escolha faz com que os personagens, heroicizados pelo próprio livro, se tornem apenas nomes vagos, mencionados sem qualquer contextualização

A falta de menção direta ao racismo estrutural e à escravidão como pilares do sistema econômico da época demonstra, no mínimo, um limite interpretativo da obra. Conforme destaca Araujo; Moreira e Morais (2012, p. 8)

> É notório que os grupos minoritários estão sendo incluídos no sistema educacional formal, no entanto, ao adentrar no espaço escolar tornam-se invisíveis, isto é, suas culturas são silencias e marginalizadas, e quando mencionadas, quase sempre, são colocadas de forma estereotipada e/ou folclorizada.

Nesse caso, esses grupos não são se quer inclusos, quem dirá problematizados. Portanto, os alunos e alunas aprendem, com o livro em questão, que basta lembrar do impasse do charque — e isso parece ser suficiente. Nem mesmo Anita Garibaldi, a única mulher geralmente lembrada, é mencionada. Podemos ponderar que, se até mesmo os "personagens clássicos" são pouco tratados ou mesmo esquecidos, certamente não haveria espaço para indivíduos e acontecimentos que fogem dessa narrativa.

4.3 História Geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo. 1° edição. São Paulo, Scipione, 2010.

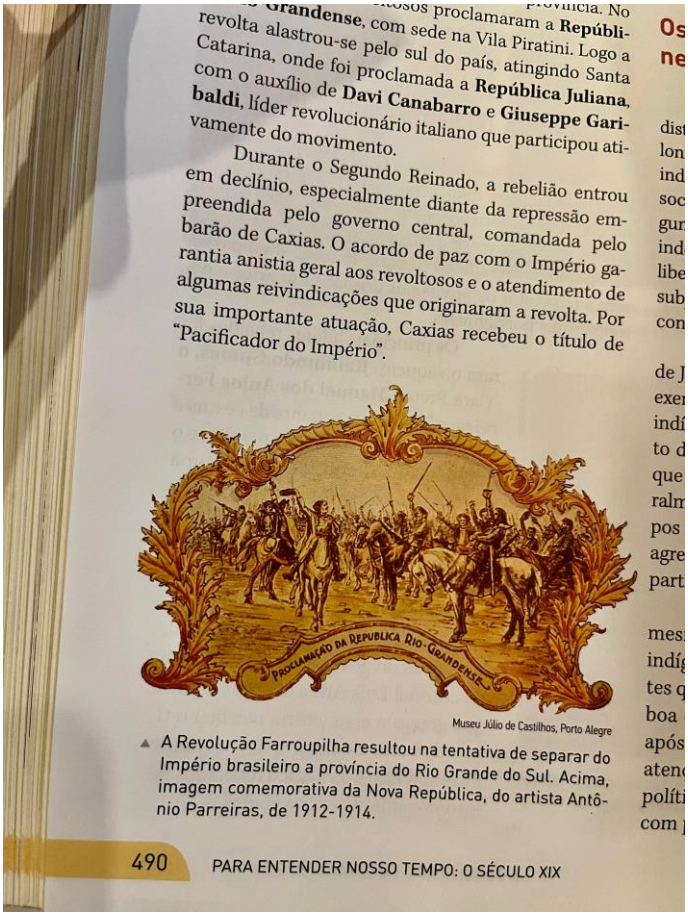
Este livro é o que mais simplifica a Revolução Farroupilha entre os três analisados. Em apenas quatro parágrafos, o evento é descrito como "a mais longa rebelião da história brasileira" (SCIPIONE, 2010, p. 490), sem qualquer contextualização ampla, e novamente, o charque torna-se o principal personagem, junto com os estancieiros. Anita Garibaldi é também obliterada.

No entanto, no último parágrafo, denominado "a exclusão dos 'farrapos", temos um texto destacado do historiador Mário Maestri, em que ele faz ressalvas sobre a participação dos trabalhadores escravizados, em passagens como "não estavam em jogo a organização social, o destino dos trabalhadores escravizados e o acesso à terra dos gaúchos delas desprovidos" (MAESTRI, 1993, p. 79, apud SCIPIONE, 2010, p. 490). Esse tipo de apontamento, torna-se precioso em termos de comparação entre as três obras, porque não permite que o mito ganhe contornos fantasiosos, no qual as pessoas escravizadas teriam certamente melhores condições de vida em uma República Rio-Grandense.

A ausência de imagens significativas e de atividades relacionadas ao tema reforçam a ideia de que a Revolução Farroupilha – e outras revoltas: Sabinada, Balaiada e Cabanagem - não ocupam lugar de destaque no projeto pedagógico da obra. Essas omissões têm implicações significativas. Moreira (2010, p. 9), comenta sobre a potencialidade de um material didático significativo para aprendizagem ser instigante mediante os conhecimentos prévios dos estudantes ou, principalmente, quando não há esses conhecimentos

> o aluno pode querer dar significados aos novos conhecimentos e não ter conhecimentos prévios adequados, ou o material didático não ter significado lógico, e aí voltamos à primeira condição: o material deve ser potencialmente significativo. Resumindo, são duas as condições para aprendizagem significativa: material potencialmente significativo (que implica logicidade intrínseca ao material e disponibilidade de conhecimentos especificamente relevantes) e predisposição para aprender.

Figura 4 – imagem comemorativa da Nova República



...Grandense, com sede na Vila Piratini. Logo a revolta alastrou-se pelo sul do país, atingindo Santa Catarina, onde foi proclamada a **República Juliana**, com o auxílio de **Davi Canabarro** e **Giuseppe Garibaldi**, líder revolucionário italiano que participou ativamente do movimento.

Durante o Segundo Reinado, a rebelião entrou em declínio, especialmente diante da repressão empreendida pelo governo central, comandada pelo barão de Caxias. O acordo de paz com o Império garantia anistia geral aos revoltosos e o atendimento de algumas reivindicações que originaram a revolta. Por sua importante atuação, Caxias recebeu o título de "Pacificador do Império".

Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre

▲ A Revolução Farroupilha resultou na tentativa de separar do Império brasileiro a província do Rio Grande do Sul. Acima, imagem comemorativa da Nova República, do artista Antônio Parreiras, de 1912-1914.

490 PARA ENTENDER NOSSO TEMPO: O SÉCULO XIX

Fonte: imagem em fotografia do autor.

A narrativa do texto apresentado neste livro é excessivamente simplificada e não explora o potencial formativo do conteúdo histórico. A obra falha em dialogar com os princípios da BNCC, especialmente no que diz respeito ao estímulo ao protagonismo do estudante no processo de construção do conhecimento. Os parágrafos são estruturados em torno de datas e eventos pontuais, apresentados de forma descontextualizada e sem explicações mais profundas. Essa abordagem sugere que os autores estavam mais preocupados em cumprir exigências curriculares formais do que em proporcionar uma compreensão crítica e significativa do tema.

Além disso, observa-se que o tratamento dado à Revolução Farroupilha está dissociado de outras lutas sociais do mesmo período. A obra não menciona qualquer relação com os interesses das populações indígenas, dos imigrantes ou dos escravizados, que também foram impactados pelo conflito, mas ao menos se preocupa em apontar a exclusão das pessoas escravizadas da Constituição republicana gaúcha: “A República do Rio Grande é a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses'. Isto é, dos ‘homens livres nascidos no território da república’” (MAESTRI, 1993, p. 79, apud SCIPIONE, 2010, p. 490).

Por fim, é notável a ausência de qualquer atividade sobre as intenções e os efeitos do movimento. A proposta pedagógica são exercícios sobre outras revoltas de períodos semelhantes, sem menção ao conflito Farroupilha, o que reforça que o ensino do livro não considera interessante aprofundar-se ou fixar-se nessa revolta.

O capítulo inteiro apresenta um tom mecânico e descontextualizado em relação aos conteúdos que o próprio livro propõe sobre outros temas históricos. Seu principal trunfo é um breve trecho de Maestri, que ao menos destaca as condições das pessoas escravizadas em solo sulista. No entanto, mencionar os acontecimentos sem propor atividades pedagógicas que estimulem a reflexão por parte dos alunos e alunas parece seguir apenas uma cartilha do que deve constar sobre o período — ou, mais precisamente, do que não pode faltar. Essa concepção de prática pedagógica carece de intencionalidade, pressuposto básico do ensino, conforme afirma Libâneo (2001, p. 159).

> Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo, a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte.

Levando isso em consideração, o retrato da Revolta Farroupilha, nesta obra, reduz-se a um procedimento técnico — um acontecimento histórico apresentado de forma que não instiga os estudantes e nem desperta a curiosidade, justamente porque não há essa intenção formativa nesse capítulo presente no material.

5 DISCUSSÃO CRÍTICA

A análise dos três livros demonstra que a abordagem da Revolução Farroupilha nas escolas ainda é marcada por visões tradicionais e pouco problematizadoras. Os materiais didáticos tendem a reforçar a ideia de heroísmo e bravura dos farrapos, com ênfase na identidade regional sulista, mas sem aprofundar aspectos fundamentais como a manutenção da escravidão, a exclusão dos indígenas, a participação das mulheres e a traição das pessoas negras.

O que se observa é a persistência de uma narrativa que romantiza o passado, ignorando as complexidades do processo histórico. Isso colide com os objetivos da BNCC, que propõe um ensino de História crítico, inclusivo e plural. Podemos ainda refletir que a própria BNCC apresenta limites, ao nem sempre oferecer diretrizes que promovam um conhecimento esclarecedor, capaz de tornar os indivíduos autônomos em seu próprio pensamento e sujeitos de sua própria consciência política.

Refletindo dessa forma, a distância entre o conteúdo dos livros didáticos analisados e as demandas da realidade torna-se ainda mais evidente. A impressão que se tem é a de manuais que têm a intenção de destacar datas e nomes importantes, sem a devida preocupação em esclarecê-los ou em contribuir para a formação de um pensamento crítico por parte de quem os lê. Mesmo quando um dos livros tenta abordar a violência da escravidão durante o período da Revolução Farroupilha, isso ocorre em um parágrafo que facilmente poderia passar despercebido — especialmente por estudantes menos atentos.

Além disso, há uma clara dissociação entre a memória popular — amplamente alimentada por símbolos como a indumentária gaúcha e as celebrações do 20 de setembro — e a história ensinada nos livros, que muitas vezes apenas reforça esse imaginário sem questioná-lo, ou até mesmo ignora personagens essenciais — como Anita Garibaldi —, ainda que fosse apenas para desmitificá-los.

Essa desmistificação não é algo simples nem dissociada do discurso oral em torno da figura do gaúcho, pois não se pode subestimar a força que esse discurso exerce no cotidiano ao longo das décadas, como destacam Freitas e Silveira (2004, p. 267)

> A figura emblemática e mítica do gaúcho, cuja representação ainda hoje circula em diversos discursos e artefatos, teve sua constituição, sua invenção, forjada graças a inúmeras condições históricas que possibilitaram o seu surgimento, tendo sido

> apropriada pelo discurso literário, político, e é utilizada nos dias de hoje como símbolo de todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul. Os discursos e dispositivos pedagógicos da escola, da mídia, e as comemorações e artefatos do nosso cotidiano, interpelam sujeitos, "convidando-os" a tornarem-se gaúchos e gaúchas de acordo com a representação contida nesta figura mítica. Associada a essa figura está a idéia de nação gaúcha, a qual obteve, durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), uma concretude cuja visibilidade se estende até os dias de hoje.

Essa construção identitária se reproduz no material escolar e molda a forma como os jovens compreendem seu lugar na história. A ausência de abordagens interseccionais é outro ponto crítico. Pouco se fala sobre gênero, raça ou classe social no contexto do conflito. A invisibilização da participação das pessoas negras é particularmente problemática, visto que eles foram fundamentais nas tropas farroupilhas e, ao final da guerra, traídos e massacrados em Porongos.

A BNCC aponta para um ensino que reconheça a diversidade de sujeitos e valorize os direitos humanos. Isso implica, necessariamente, em revisitar os eventos históricos a partir de múltiplas perspectivas, inclusive aquelas silenciadas pela historiografia oficial. Há, portanto, um desalinhamento entre o que a BNCC propõe e o que os livros efetivamente entregam. A falta de pluralidade e a predominância de narrativas simplificadas compromete a formação de uma consciência histórica crítica, elemento essencial na formação cidadã.

Para que se desenvolva uma consciência histórica crítica, é essencial evidenciar, ao menos, as contradições que a Revolução Farroupilha apresenta tanto enquanto evento histórico quanto enquanto discurso presente no cotidiano daqueles que defendem a cultura gaúcha. Como destaca René Rémond (1988, p. 30 apud Bittencourt, 2008, p. 155) "é impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o passado; ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas".

Assim, ao abordar essas heranças, é necessário também evidenciar o quanto elas podem ser problemáticas para aqueles que foram historicamente marginalizados, sub-representados ou silenciados nas narrativas hegemônicas construídas ao longo do tempo. E mesmo para os que se identificam com essas heranças, é fundamental questionar até que ponto conhecem, de fato, aquilo que consideram como parte de sua própria identidade.

Sobre os autores dos livros, com exceção de Thiago Tremonte, formado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), os demais autores analisados possuem formação em História pela Universidade de São Paulo (USP), uma das instituições mais influentes na formação de professores e intelectuais da área. Nelson Piletti, Claudino Piletti, Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo são nomes recorrentes na produção de livros

didáticos para o Ensino Fundamental e Médio, amplamente utilizados em escolas públicas e privadas de todo o país e frequentemente aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Suas obras seguem, em geral, uma abordagem tradicional do ensino de História, com forte ênfase em uma narrativa cronológica e factual, centrada em datas, eventos e figuras políticas — uma visão que, embora organizada, tende a limitar a problematização dos conteúdos e o estímulo à reflexão crítica dos estudantes.

Por outro lado, autores como José Geraldo Vinci de Moraes e Thiago Tremonte representam uma vertente mais crítica e atualizada no campo do ensino de História. Ambos têm se dedicado à reflexão sobre o papel da narrativa histórica, da memória e da construção do conhecimento no ambiente escolar. Seus materiais didáticos buscam ir além da simples transmissão de informações, aproximando-se de uma proposta formativa voltada à compreensão do passado como processo interpretativo. Essa perspectiva favorece o protagonismo dos estudantes e os convida a refletir sobre os usos da História na sociedade, em sintonia com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda que, nas obras analisadas de autoria desses autores, tais posicionamentos não se façam claramente perceptíveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar como a Revolução Farroupilha é apresentada em três livros didáticos utilizados na educação básica brasileira. A análise evidenciou que, embora o tema esteja presente nos materiais, sua abordagem ainda é limitada do ponto de vista crítico, omite sujeitos históricos relevantes e reforça narrativas tradicionais pouco compatíveis com os pressupostos da BNCC.

A valorização acrítica da identidade gaúcha, a ausência de problematizações sobre a escravidão e o apagamento da participação de mulheres, pessoas negras e indígenas indicam a necessidade de reformulações nos materiais didáticos, para que estejam mais alinhados com os objetivos de uma educação democrática, plural e comprometida com a justiça social.

É, portanto, de suma importância que autores e editoras de livros didáticos revisem suas abordagens, incorporando debates historiográficos contemporâneos e dando voz aos sujeitos historicamente silenciados. Além disso, é fundamental que os professores sejam incentivados a

trabalhar criticamente com esses materiais, promovendo leituras comparadas, debates em sala de aula e projetos interdisciplinares.

A Revolução Farroupilha pode representar uma oportunidade pedagógica valiosa — desde que seja abordada com a complexidade que o ensino de História no século XXI exige. Essa complexidade está em reconhecer os estudantes como sujeitos políticos, agentes da própria História, cidadãos e cidadãs capazes de pensar para além dos limites impostos pelos manuais escolares de viés positivista.

Precisamos, cada vez menos, de livros que tratem eventos históricos relevantes — mesmo que regionais — como episódios secundários, e cada vez mais de uma escrita não neutra, posicionada, franca e justa com todos os personagens históricos que compõem nossas verdadeiras raízes identitárias e regionais. O sujeito gaúcho deve ser pensado com antropologia — não com mitologia. Somos, antes de consagrados, seres históricos; a consagração pertence ao olhar do conhecimento — do professor, do leitor ou do aprendiz. Não deve ser projeto escolar exaltar exaltados em detrimento de excluir, invisibilizar ou esquecer os oprimidos pela violência de Estado, seja ela qual for.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; MOREIRA, Josinélia dos Santos; MORAIS, Rossival Sampaio. As culturas silenciadas e marginalizadas na escola. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA (EBECULT), 3., 2012, Cruz das Almas. Anais [...]. Cruz das Almas: UFRB, 2012. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/As-culturas-silenciadas-e-marginalizadas-na-escola.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 20 abr. 2025.

DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 2, n. 4, 2010. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10409/6755. Acesso em: 27 abr. 2025.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Letícia Richthofen de Freitas; HESSEL, Rosa Maria Silveira. A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana. Educação, v. 27, n. 53, p. 263-281, 2004. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/848/84805304.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar em Revista, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 11 maio 2025.

MARRERA, Fernando Milani; DE SOUZA, Uirys Alves. A tipologia da consciência histórica em Rüsen. Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, p. 1069-1078, 2013. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/256. Acesso em: 21 maio 2025.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História: Geral e Brasil: volume único. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MOREIRA, Marco Antônio. O que é afinal aprendizagem significativa? Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS, 2010. Disponível em: https://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

NEUENFELDT, Dhienifer Rocha. Anita Garibaldi: mito e realidade histórica. 2023. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/000107/000107ce.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427. Acesso em: 5 abr. 2025.

PILLETTI, Nelson; PILLETTI, Claudino; TREMONTE, Thiago. História e Vida Integrada. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. Revista de História, n. 147, p. 189-209, 2002. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18947. Acesso em: 15 maio 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O trabalho histórico na sala de aula. História & Ensino, v. 9, p. 223-242, 2003. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12086. Acesso em: 19 abr. 2025.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. Guerra dos Farrapos (1835-1845): entre o fato histórico e suas apropriações. Esboços: histórias em contextos globais, v. 25, n. 40, p. 358-377, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2018v25n40p358. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Marinelma Costa. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. Crítica Histórica, v. 8, n. 15, p. 7-30, 2017. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3539. Acesso em: 20 abr. 2025.

SOUZA, José Edimar de. Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongos no Contexto da Guerra dos Farrapos (1844). Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 9, n. 3, p. 91-104, 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/7457. Acesso em: 3 maio 2025.

STUMPF, Glauce. O ensino gaúcho no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Revista do Lhiste: Laboratório de Ensino de História e Educação, n. 1, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/48271. Acesso em: 16 maio 2025.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

VOGT, Olgário Paulo. O liberalismo Farroupilha e escravidão na República Rio-Grandense. Redes: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 1, p. 153-168, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056836010.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.